

O crescimento da experiência pedagógica, de 1930 em diante, tem sido muito rico, mas pouco proveitoso praticamente. Os "pioneiros da educação nova" realizaram algumas inovações. Mas elas foram sabotadas pela resistência a políticas educacionais "estatizantes", principalmente pela Igreja Católica e pela poderosa rede de estabelecimentos de ensino particular que são, hoje, uma próspera indústria. Sob a ditadura, ocorreu a rica fermentação, que foi de 1964 a 1968, nas lutas pelas reformas de ensino, especialmente da reforma universitária, e o desenvolvimento de entidades de professores, como a Andes e a CPB, e de funcionários, como a Fasubra, para mencionar apenas algumas (a nível estadual o rol seria muito grande; teria de abranger a Apeesp e várias entidades vinculadas às universidades). A UNE e a Ubes (com suas congêneres estaduais) pelo simples fato de sobreviverem já lograram uma vitória. Essas e outras entidades levaram à Assembleia Nacional Constituinte a sólida contribuição pedagógica que nasceu e amadureceu contra e sob o regime ditatorial — e que representa um patrimônio, no momento em que se coloca a questão das relações de um Estado democrático com o ensino público da perspectiva da elaboração de uma Constituição que rompa com o passado. Parecia, a todos nós, que iríamos da resistência à reconstrução democrática. Puro engano! Os muitos avanços conquistados acham-se sufocados por concessões espúrias e, além do mais, sob ameaça crescente.

As entidades representativas do ensino privado movimentaram-se no sentido de resguardar suas posições e interesses e contam com aliados decisivos (no caso da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Família etc. uma maioria que se manteve na relação de 27 para 36 em todas as votações). Não perdemos a batalha porque o projeto e o substitutivo de Artur da Távola não chegaram à votação final. Agora, nos novos trâmites, essas forças "conservadoras" voltam à carga, atuando como grupos de interesses e como grupos de pressão. A Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de

Ensino) difundiu uma manifestação pela qual se infere que ela aderiu ao "udenismo". Nesse documento, cuja autenticidade está comprovada, fala-se claramente: "precisamos de muita gente para encher as galerias: além de diretores, esperamos que cada sindicato traga uns seis funcionários para tropa de ocupação". E enumera "o que precisa ser feito" nos melhores moldes de um fascismo potencial. A audácia é fruto do apoio direto do governo e da timidez dos próprios constituintes, que aceitam de modo tolerante a atuação agressiva de grupos de interesses e de grupos de pressão (que não se confundem com "lobbies" profissionais).

O capítulo mais dramático diz respeito à Igreja Católica. Aliada dos que combateram a ditadura, a pobreza, a opressão dos perseguidos e oprimidos, agente de belas páginas nos embates pelos indígenas e pela reforma agrária, com mártires incontáveis e dos que criaram o desenvolvimento dialético da pedagogia dos oprimidos e da Teologia da Libertação, a Igreja Católica não perdeu a outra face, reacionária e obscurantista; a vocação de ser um império dentro do Estado. Partia com a vantagem de contar com um relator sevilhal, o probo senador João Calmon, que sempre foi um denodado defensor de verbas públicas para o ensino (esclareça-se: não para o ensino público, o que o exime de qualquer crítica...). A escolha do relator já indicava que o PMDB e o governo haviam "negociado" o ensino com a Igreja Católica. Todavia, na subcomissão o páreo foi duro, porque os constituintes-educadores perfilhavam, sem subterfúgios, a causa do ensino público. Daí os avanços que ocorreram nessa esfera da Constituição, embora nem tudo que defenderam lograsse aprovação inter pares. O que convém ressaltar, aqui, é como a Igreja Católica se empenhou a fundo na preservação do terreno que já possui e na multiplicação de suas vantagens relativas contra o ensino público, laico e gratuito.

A Igreja Católica contou com os constituintes engajados explicita ou dissimuladamente no reforço e ampliação de suas posições. Na subcomissão e na comissão eles

formaram uma tropa ativa, como se fossem delegados da CNBB na Assembleia Nacional Constituinte. Alguns desempenharam esse papel lealmente, como fica notório no caso de Sandra Cavalcanti. Outros, porém, sucumbiram à tentação como caçadores de votos ou por espírito reacionário (o que se patenteou nas votações dos líderes evangélicos "conservadores"). A outra ponta de lança da Igreja Católica foram os seus próprios exércitos: freiras, principalmente, sacerdotes, autoridades eclesásticas e estudantes de suas escolas. Essa presença viva é legítima e respeitável, com tons emocionantes no que se refere às freiras e ao ardor com que desempenharam as suas tarefas, com serenidade e respeito aos constituintes ou aos defensores de bandeiras opostas. A CNBB também organizou um debate permanente sobre educação com os constituintes, aberto a todos e desdobrado em várias reuniões sucessivas. O "esclarecimento" dos constituintes era o objetivo central mas, dadas as circunstâncias, tal esclarecimento só podia ser "neutro" nas aparências.

Como outros grupos de interesse e de pressão, a Igreja Católica recorreu a uma tática direta de recrutamento de lealdade. O deputado Nelson Aguiar recebeu uma carta, escrita a mão e assinada por d. Luciano Mendes de Almeida, na qualidade de presidente da CNBB. O ilustre colega autorizou-me a difundir o teor da carta e um documento que a acompanhava. Quanto à primeira: "Ao prezado Dep. Nelson Aguiar. A paz. Permita-me pedir sua atenção para os pontos anexos. Lembro-me com estima dos bons trabalhos da Subcomissão da Família, menor e idoso". Quanto ao segundo: "Do Substitutivo da Comissão Temática: No Art. 5.º, defender que o Ensino Religioso constituirá disciplina de matrícula facultativa nas Escolas da Refe Oficial (grifo no texto). Nos Art. 8.º e 11.º, evitar a exclusividade da destinação de recursos para as escolas públicas, porque esta tornaria inviável a existência de escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais. Evitar, também, a transferência desta matéria para as disposições transi-

tórias da Constituição. Além disso, se possível, trazer novamente ao texto a declaração do direito à vida desde a concepção, evitando que este direito seja reconhecido somente a partir do nascimento vivo". Outra modalidade de pressão recebi-a eu mesmo. O digníssimo reitor do Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, padre Raul Paiva, enviou-me o seguinte telegrama: "Os colégios católicos Juiz de Fora estranham Vossa Excelência favorável texto constitucional disposição discriminatória antidemocrática verbas públicas somente para ensino estatal, impossibilitando pessoa humana, sujeito principal educação, mesmo carente, escolher escola sua preferência, livre iniciativa ou estatal, manifestada por si ou responsável".

Eis aí, o que não se esperava. No fim do século, a Igreja Católica continua na mesma disposição que a animava nas ruturas com a República e disputa com o Estado, uma fatia de recursos públicos que lhe faculta o controle de mentes e corações. Teria razão Althusser: a Igreja Católica é e quer ser parte estrutural e dinâmica do aparelho ideológico do Estado? Para mim, é correto o ponto de vista do deputado Nelson Aguiar. Ele me relatou que a Convenção Batista Brasileira dirige várias instituições educacionais. Nenhuma recebe dinheiro público, como princípio fundamental (separação da Igreja do Estado). Ele próprio, à testa do Colégio Americano Batista de Vitória, enfrentou gravíssima crise em 1986, que foi resolvida com recursos recolhidos na comunidade. Esse é o princípio correto. É preciso deixar o ensino público desenvolver-se, tornar-se acessível a todos e melhorar de qualidade. Essa é a alternativa democrática. A outra equaciona um Estado prebendário, que reparte sinecuras com os poderosos e com as instituições fortes. É isso que a Igreja Católica desenha como futuro do Brasil: um Estado com punho militar, tendo na cabeça a ilustração sacerdotal e, no coração, a acumulação capitalista acelerada, que faz do lucro o alfa e o ômega da vida humana?